



AS RELAÇÕES BRASIL/ALEMANHA ORIENTAL: O UNIVERSALIMO, OS COMUNISTAS E AS ALEMANHAS

FREDERICO BLUMENHAGEN JR.*

INTRODUÇÃO

No dia 22 de outubro de 1973 o Brasil tornava-se o nonagésimo oitavo país do mundo a reconhecer oficialmente a República Democrática Alemã (RDA). Segundo notícia vinculada no jornal O Estado de São Paulo a cerimônia foi “simples, tanto que houve permissão para filmar e fotografar os dois ministros¹”. A princípio, reconhecer oficialmente e trocar embaixadas com a Alemanha Oriental significava seguir o curso dos acontecimentos do início dos anos de 1970 já que muitos outros países ocidentais tinham feito o mesmo. A *détente*, a *Ostpolitik* de Willy Brandt e, principalmente, a assinatura do Tratado Básico (1972) entre a República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática Alemã abriam as portas para o mútuo reconhecimento diplomático, e à aproximação entre os muitos países que compunham os blocos antagônicos da Guerra Fria.

Destaque-se o fato de que até alguns meses antes de outubro de 1973, mesmo diante do forte movimento ocidental em reconhecer a “outra Alemanha”, a diplomacia brasileira ainda não tinha tomado a decisão. Como noticiado pela imprensa², “segundo informação de fonte autorizada”, o estabelecimento das relações entre o Brasil e Alemanha Oriental não estava na pauta do Itamaraty, mas este perfilhava que o “reconhecimento das relações do Brasil com a Alemanha Oriental, com a China Comunista e até mesmo com Cuba não passa de uma questão de tempo”. Assim, a nota terminava lembrando que o Brasil “não pretendia se isolar” diante dos acontecimentos do mundo, e que o comércio entre o Brasil e a RDA eram intensos e, ainda que extraoficiais, “com tendência ao aumento do intercâmbio”.

Há tempos imaginava-se que uma maior aproximação com a Alemanha Oriental, ou mesmo a oficialização das relações entre os dois países, pudesse trazer ganhos para o Brasil. Desde meados dos anos 1950 o Brasil vinha mantendo um promissor intercâmbio com a RDA, mas a ausência de relações diplomáticas impedia a assinatura de qualquer acordo ou contrato oficial. Até a assinatura do Acordo de Comércio e Pagamentos em 1975, as trocas comerciais entre os dois países fora baseado em um acordo interbancário assinado entre o

* Mestrando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp/Guarulhos.

¹ O Estado de São Paulo, 23/10/1973, pg. 01.

² “Brasília nega novas relações”, O Estado de São Paulo, 06/02/1973, pg. 18.

Banco do Brasil e o *Deutsche Noten Bank* em 1958. Todavia, o crescimento econômico e o aumento da importância da Alemanha Oriental no cenário internacional chamava a atenção de empresários, homens de negócio, analistas e políticos brasileiros. Em 1969 uma pequena publicação³ trazia em sua introdução informações que justificavam esse sentimento: no ano de 1968 o comércio Brasil/RDA atingira a cifra de U\$ 50 milhões e projetava-se para o próximo ano, 1970, um volume comercial não inferior a U\$ 100 milhões; tais números, segundo o apresentador do texto, colocava a Alemanha Oriental entre os doze países de maior intercâmbio com o Brasil – posição nada desprezível.

O Leste europeu há muito interessava os formuladores da política externa brasileira. A partir do final dos anos 1950, cada vez mais o Ministério das Relações Exteriores vinha buscando uma inserção internacional mais abrangente, autônoma e independente dos grandes centros de poder. A fim de ampliar os mercados e as relações internacionais do Brasil, este novo projeto de política externa vislumbrava a Europa socialista também como uma possibilidade a ser transformada em realidade. Assim, o início dos anos 1960 marcou um forte movimento de aproximação do Brasil com aquela região, resultando na ampliação significativa das trocas comerciais e das relações diplomáticas. No que se refere ao comércio, foram organizadas uma série de missões compostas por empresários, diplomatas e jornalistas a fim de prospectar mercados e avaliar possibilidades de acordos em todos os países da Cortina de Ferro, sem exceções; nas questões de diplomacia, o Brasil acabou trocando embaixadas com a maioria dos países daquela região já no ano de 1961, o que significava reconhecer oficialmente os países da Europa socialista; mas aqui, a Alemanha Oriental foi a grande exceção - o reconhecimento diplomático brasileiro só veio em outubro de 1973, ou seja, com 12 anos de atraso em comparação aos outros países da Cortina de Ferro.

Pelo posto, propomos apresentar um estudo introdutório a respeito das relações Brasil/Alemanha Oriental no período que vai dos fins dos anos 1950 ao início dos 1970, mais especificamente até 1973 quando houve a oficialização das relações diplomáticas e a troca de embaixadas entre os dois países. Nosso texto pretende seguir um duplo caminho: 1) entender a aproximação com a RDA como consequência da aproximação do Brasil com os países da Cortina de Ferro, resultado este do desenho de um novo padrão de inserção internacional a defender uma maior universalização da política externa brasileira - aqui, mesmo se tratando

³ STOPH, W. & NORDEN, A. **O Problema Alemão: princípios e objetivos da RDA**. Tradução e Apresentação de Clóvis Melo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

de uma região estranha a tradicional esfera de atuação da diplomacia brasileira, a Europa socialista aparece como espaço capaz de conferir à diplomacia brasileira condições de maior autonomia e independência no cenário internacional, além de permitir a ampliação do espaço econômico do Brasil garantindo a abertura de novos mercados; 2) apesar do dito, as relações do Brasil com a Alemanha Oriental devem ser vistas de forma particular, mesmo em se tratando de um país da Cortina de Ferro, primeiramente porque, dividida em dois Estados, a Alemanha foi um dos principais *fronts* da Guerra Fria e, não menos importante, o fato de que o Brasil buscava nesse mesmo período uma parceria especial e diferenciada com a Alemanha Ocidental - a RFA era vista como a grande janela de oportunidade que se abria para a política externa brasileira naquele contexto.

OS MILITARES E OS COMUNISTAS

Segundo Letícia Pinheiro (2004 e 2000) ao longo da história republicana a política externa brasileira foi marcada pela predominância de três pressupostos fundamentais, a saber: a busca pela autonomia, o predomínio de uma visão realista das relações internacionais e o uso da política externa como caminho para se atingir o desenvolvimento nacional. Esses três pressupostos incidiram diretamente sobre a formulação da política externa a partir de meados dos anos 1950, e assumiram importância fundamental quando analisamos a aproximação do Brasil com os países da Cortina de Ferro - destaque-se que esta região se tornou uma das áreas a serem exploradas pela estratégia da diversificação de parcerias que, por sua vez, era um dos aspectos fundamentais do projeto de desenvolvimento brasileiro (SPEKTOR, 2004; LESSA, 1995 e 1998; SARAIVA, 1990; SOUTO, 2010; MARTINS, 1975).

As relações com o bloco socialista ganharam novo alento no início dos anos 1960⁴. A Política Externa Independente (PEI) dos governos Jânio Quadros e João Goulart vislumbrava grandes possibilidades para o Brasil nos países do Leste europeu. Em 1962, por meio do decreto n. 1.880, criava-se a COLESTE - Grupo de Coordenação de Comércio com os Países

⁴ Já em meados dos anos 1950 muito se discutia sobre a possibilidade de reestabelecer, ou não, as relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947. Especialmente durante o governo JK, este debate foi acirrado entre aqueles que defendiam uma postura mais realista e pragmática, portanto, favoráveis a retomada dos contatos diplomáticos com a URSS, e aqueles mais alinhados a uma política externa hemisférica e liberal (MOTTA, 2007). Na prática, houve, de fato, uma maior aproximação comercial do Brasil com os países do Leste europeu nos anos 1950, como demonstram as várias missões comerciais enviadas para aquela região, bem como a assinatura dos muitos acordos interbancários, a exemplo daquele entre o Banco do Brasil e o *Noten Deutsche Bank*. De qualquer modo, é a Política Externa Independente que irá alterar de modo efetivo a maneira de se relacionar e manipular as relações internacionais do Brasil com a Cortina de Ferro.

Socialistas da Europa Oriental. No documento, os argumentos a favor de uma maior aproximação com a Europa comunista eram claros:

... é imperativo do desenvolvimento econômico do Brasil a expansão do seu comércio exterior, não só nas áreas tradicionais, mas também pela abertura ou ampliação de novos mercados”; também “... o comércio dos países socialistas com as demais nações do mundo oferece possibilidade de crescente importância, conforme revelam as estatísticas internacionais.”; ou ainda “...o incremento no comércio entre o Brasil e a área socialista, verificado nos dois últimos anos, justifica a expectativa de expansão ainda maior (Diário Oficial da União, 17/12/1962).

Também cabe destacar que os anos da PEI resultaram no reconhecimento diplomático, e consequentemente na troca de embaixadas, de quase todos os países da Cortina de Ferro, entre os quais: Hungria, Romênia, Bulgária, Polônia e Albânia em março de 1961, e em novembro deste mesmo ano com a União Soviética⁵ (LESSA, SPEKTOR e CHIARELLI, 2000). Além disso, uma grande missão comercial comandada por João Dantas foi enviada para o Leste europeu, entre abril e junho de 1961, com o objetivo de intensificar as relações comerciais e os contatos do Brasil e com os países da Cortina de Ferro.

O Golpe de 1964 e a ascensão dos militares para o centro da vida política brasileira trouxe, ainda que momentaneamente, algumas alterações de rumo na política externa brasileira, com destaque daquela voltada para a Cortina de Ferro. O anticomunismo somado ao forte americanismo do novo regime implicou, entre outras coisas, na revogação da COLESTE em 1966 (decreto n.59.607), e no esfriamento das relações comerciais e do Brasil com os países da Europa socialista. Contudo, e apesar disto, as relações diplomáticas foram mantidas e, na medida em que as expectativas a respeito do americanismo de Castello Branco (1964-1967) iam sucumbindo diante dos resultados práticos desta postura, o Brasil assinou uma série de acordos com a intenção de ampliar o volume comercial com a Hungria, URSS, Bulgária, Polônia e Tchecoslováquia neste mesmo ano de 1966 (PEREIRA, 2010: 31-32).

Após esse efêmero retorno a um padrão de alinhamento automático com os EUA, a política externa brasileira recupera a PEI em seu espírito especialmente durante as presidências de Costa e Silva (1967-1969) e Ernesto Geisel (1974-1979). A diplomacia de

⁵ A grande exceção neste momento foi à República Democrática Alemã; a próxima seção deste trabalho irá discutir mais detalhadamente as relações Brasil/RDA. Em discurso oficial na Câmara dos Deputados em 28/07/1961, o ministro Afonso Arinos, após discutir a posição do Brasil sobre a questão de Berlim, declara que “Isto não quer dizer, entretanto, que não defendamos e não mantenhamos, no livre exercício da nossa independência internacional, o nosso direito de livremente estabelecer relações comerciais – **não políticas, não diplomáticas** – relações de trocas comerciais com a Alemanha dita Oriental, com a chamada República Democrática Alemã” (Documentos de Política Externa Independente, 2007: 130, grifo nosso).

Costa e Silva, ao adotar uma postura mais realista, e assumir um discurso terceiro mundista e crítico ao sistema internacional, passou a enxergar os países da Cortina de Ferro não mais apenas como comunistas, mas, sobretudo, como países em desenvolvimento, assim como o Brasil. Deste modo, novamente a Europa socialista passava a fazer parte das estratégias diplomáticas brasileiras como um espaço capaz de aumentar as possibilidades de barganha e o mercado comercial brasileiro. Em 1968 o decreto n.62.225 reestabelecia e reestruturava a COLESTE, agora chamada de Comissão de Comércio com a Europa Oriental⁶, e no passar do tempo outras muitas missões comerciais foram enviadas para o Leste europeu, e muitos acordos bilaterais, ou mesmo multilaterais, foram firmados durante o governo dos presidentes militares.

Desta forma fica evidente que, apesar do fato de a Europa Oriental não fazer parte da esfera tradicional do comércio brasileiro, a diplomacia do Brasil começou a perceber uma nova importância para esta parte do globo que poderia, se as relações fossem bem conduzidas, contribuir para o projeto de desenvolvimento econômico e de autonomia internacional brasileira. Paulo Fagundes Vizontini entende que a política externa brasileira do período republicano, em especial dos anos 1960 e 1970, foi marcada por um processo constante de multilateralização que, segundo ele, deve ser entendida como

... a busca de novos espaços regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira. Este processo de multilateralização permite, na perspectiva da diplomacia brasileira, contornar uma dependência exclusiva face aos EUA, exercida no plano hemisférico (2004: 10).

Para o autor, a busca por maior espaço internacional fora motivada, sobretudo, pelo fato de que a diplomacia brasileira estava subordinada às necessidades do desenvolvimento econômico nacional. Assim, a aproximação brasileira com o bloco socialista pressupunha uma ação mais enérgica à estratégia de multilateralização, e relações mais baseadas na cooperação e na inter-relação de parceiros do mesmo porte. E esse tipo de contato trazia vantagens mútuas visto que o comércio com os países do leste europeu garantia ao Brasil a importação, em melhores condições já que fazia uso de regras de compensação comercial, de bens de capitais e transferência de tecnologia, assim como abriria novos mercados para a exportação dos primários brasileiros (VIZENTINI, 2004: 10 a 12).

⁶ Somente em 1969 o grupo se reuniu cinco vezes, o que indica intensa atividade.

Nesta mesma linha de raciocínio, Antonio Carlos Lessa (1995: 24 a 39) argumenta que a diversificação de parcerias do Brasil no contexto dos anos 1970, teve como um dos principais objetivos a conquista de uma maior autonomia de ação internacional e, com isso, uma maior projeção do Brasil no cenário global. Ainda segundo o autor, esta maior diversificação também servia aos interesses dos militares já que se tratava da ampliação e abertura de novos mercados com os quais o Brasil podia fazer um comércio que lhe fosse mais vantajoso, além de abrir novas portas que pudessem ser usadas para barganhar melhores condições de comércio com as potências industrializadas. Nestes termos, o comércio a ser ampliado e intensificado com o bloco socialista servia também como meio de barganha aos moldes daquela utilizada pelo Brasil nos anos da Segunda Guerra Nacional.

Em outro artigo, Antonio Carlos Lessa (1998: 29 a 41) traz novamente esta perspectiva. Fazendo uso do conceito de universalismo, o autor entende que a atuação internacional do Brasil esteve intimamente ligada, desde a década de 1930 e permanecendo forte durante o regime militar, à busca pelo desenvolvimento econômico. Em decorrência disso, o Brasil estabeleceu “**relações pacíficas e instrumentalizáveis com todos os países em todos os continentes**” (LESSA, 1998: 30, grifo nosso), incluídos aí os países socialistas da Cortina de Ferro - fato que garantiu ao Brasil maior liberdade e autonomia diplomática.

Ainda que por um longo período as relações entre o Brasil e os países do Leste europeu tenham sido, sobretudo, comerciais - e em grande parte a diplomacia brasileira desempenhou um papel importante na conquista de mercados e acordos comerciais-, é *mister* ressaltar os interesses de ordem política por trás dessa aproximação. Como ressaltou Henrique Altemani de Oliveira,

Assim, *pari passu*, aos interesses decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico implantado no país, que podem ser rotulados de variável econômica, há que se ressaltar a variável política com função de estabelecer os mecanismos de defesa dos interesses brasileiros (2005: 11).

Seguindo a mesma ideia, Vizontini lembra que “esta relação possuía um caráter de afirmação de autonomia política e criava um espaço de barganha face aos EUA, além de projetar nossa diplomacia no plano mundial” (2004: 11). Amado Cervo quando faz sua análise das relações exteriores do Brasil no contexto do regime militar, também enxerga essa “dupla função” da aproximação do Brasil com os países do bloco socialista. O autor afirma que naquele período “nem tudo era ideológico ou bipolar”, e que havia, ao lado da postura mais ocidentalista que caracterizou alguns de seus presidentes, “certas percepções realistas que postulavam o

universalismo da conduta externa, tanto geográfica quanto política” (CERVO & BUENO, 2011: 404). Foi justamente essa atitude mais realista e universalista que permitiu e ensejou uma maior aproximação com os países do leste europeu.

Para além do desejo de desenvolvimento industrial e da ampliação da projeção internacional, a maior aproximação do Brasil com os países do bloco socialista da Europa se beneficiou fortemente do processo de reconfiguração do poder mundial a partir de meados dos anos 1960. José Flávio Saraiva (2001: 64 e 65) lembra que quatro grandes fenômenos passaram a desempenhar um papel de destaque nas relações internacionais deste contexto: primeiramente a *detente* - o maior entendimento entre EUA e URSS e o esfriamento rivalidade bipolar entre as duas superpotências; em seguida viria à percepção por parte de vários países nos diferentes continentes de que havia espaços e fendas no sistema internacional que podiam ser usadas a favor de uma maior afirmação de interesses nacionais; o terceiro fenômeno decorre do esforço dos países do Terceiro Mundo em reorganizar a ordem econômica mundial de modo a favorecer mais os países em desenvolvimento; por fim, a crise do petróleo somada à crise financeira que se estabelecem no início dos anos 1970 e passa e impor constrangimentos a ação internacional dos Estados.

Dentro deste novo quadro, a política externa de muitos países, em especial dos periféricos, começaram a passar por redefinições a fim de romper os laços e alinhamento automáticos típicos da ordem bipolar. Assim, as fronteiras ideológicas que marcaram a Guerra Fria começavam a se flexibilizar cada vez mais e, com isso, a desconfiança entre os países diminuía - fato que favorecia a aproximação entre eles; ou ainda, permitia que encontrassem semelhanças em suas demandas de reordenamento da ordem internacional apesar de suas diferenças ideológicas. Aos poucos o conflito típico da Guerra Fria que contrapunha leste x oeste ia sendo substituído por um novo conflito, mais focado nas questões econômicas e de desenvolvimento, o conflito norte x sul. Sobre isso, Antonio Carlos Lessa explica que

As transformações que se fizeram sentir no cenário internacional, entre meados da década de 60 e início da década de 70, permitiram mudanças nas políticas externas de alguns países periféricos, refletindo uma nova concepção de política internacional que se vê pautada pela superação dos alinhamentos, buscando novas modalidades de inserção internacional (1997: 75).

Especificamente no que se refere ao Brasil, a percepção de que o sistema internacional passava por uma reconfiguração foi determinante para os formuladores de política externa empreenderem um esforço no sentido de ampliar a inserção internacional do país por meio de uma maior diversificação dos parceiros no exterior, pela afirmação de sua autonomia e pelo

remodelamento das relações do Brasil com os EUA – o principal parceiro e aliado brasileiro (SARAIVA, 1990: 96).

Para concluir esta seção, entendemos que a ampliação das relações comerciais e diplomáticas do Brasil e dos países socialistas da Europa respondeu a um movimento de universalização e mundialização da política externa brasileira. Esta tinha com um dos objetivos centrais a conquista de um maior espaço econômico e político internacional para o Brasil. Econômico porque o Brasil procurou garantir uma maior diversificação comercial então a buscar mercados menos tradicionais, mas ao mesmo tempo capazes de ensinar o desenvolvimento brasileiro a partir da exportação de bens de capital em melhores condições e preços, assim como consumir produtos brasileiros e, com isso, trazer divisas para a balança de pagamentos do Brasil – em especial depois do primeiro choque do petróleo em 1973. Mas também político visto que, além da maior autonomia desejada e defendida pela diplomacia brasileira, a aproximação com o bloco socialista podia reforçar a posição dos países em desenvolvimento e, assim, concentrar esforços no sentido de alterar a ordem comercial internacional que favorecia sobremaneira as potências já industrializadas e desenvolvidas; também, o Brasil procurava abrir maiores espaços para se projetar internacionalmente⁷.

O BRASIL ENTRE BONN E BERLIM

Apesar de fazer parte do bloco socialista, a análise das relações entre o Brasil e a Alemanha Oriental deve levar em conta certos aspectos particulares. Em primeiro lugar, o caráter especial em que se encontrava a Alemanha naquele contexto: dividida em dois Estados desde 1949, a(s) Alemanha(s), e em especial Berlim⁸, constituía um dos principais *fronts* da Guerra Fria (BANDEIRA, 2009; KITCHEN, 2013; FULBROOK, 1992 e 2012). Em segundo lugar, o fato do Brasil buscar construir desde década de 60 uma parceria mais profunda e intensa com a Alemanha Ocidental, a fim de conquistar maior autonomia em relação aos

⁷ Apesar de assumirem um papel importante ao longo do período, vale lembrar que as relações entre o Brasil e o Bloco Comunista nunca foram prioritárias. Talvez por isso tenham sido negligenciadas pelos estudiosos e analistas de política externa ou pelos historiadores brasileiros. Todavia, o estudo destas relações pode trazer nova luz e novos conhecimentos para campos de estudo como as Relações Internacionais e a História; usando as palavras de Vizentini, “O próprio campo soviético, apesar dos níveis limitados de comércio, adquire uma nova dimensão para a diplomacia brasileira, ainda não analisada em seus aspectos qualitativos e estratégicos” (2004: 11).

⁸ Ao longo da Guerra Fria, e enquanto durou a divisão da Alemanha, Berlim tinha um estatuto político todo especial, pois a cidade também fora dividida. Berlim Oriental se constituiu na capital da RDA, mas não era reconhecida como tal pelas potências ocidentais, nem pela Alemanha Ocidental cuja capital fora transferida para Bonn desde sua fundação. Além disso, a cidade tinha (e ainda tem) uma importância histórica fundamental, já que fora a antiga capital do *Reich* alemão desde sua unificação em 1871.

Estados Unidos, além do projeto de independência nuclear que adquire papel preponderante na definição da política externa dos militares brasileiros (LOHBAUER, 1999, BANDEIRA, 2009 e 2011; LESSA, 1997 e 1997; SOUTO, 2001), teve papel determinante para a formulação das relações entre o Brasil e a RDA.

Assim, para se entender como se deu a relação Brasil/RDA é necessário antes passar em retrospecto a política externa da Alemanha Ocidental no contexto analisado. Em 1949, logo após a divisão da Alemanha em dois Estados independentes, Konrad Adenauer assumiu o cargo de chanceler na República Federal Alemã. Sempre desejando a reunificação do país, Adenauer se recusou reconhecer a Alemanha Oriental. Assim, nos documentos oficiais, sempre utilizava o termo “zona de ocupação soviética” ao invés de República Democrática Alemã, nome oficial do país. Além disso, considerava a RFA a sucessora jurídica e legítima do antigo Reich e não concebia a nova “república democrática” como um Estado autônomo e soberano. Desta forma, de acordo com a política de Adenauer, caberia a Alemanha Ocidental o direito de representar todo o povo alemão, seja da RFA ou mesmo da RDA (BANDEIRA, 2000: 122-123).

Essa atitude ganhou forma e contornos ideológicos quando, em 1955, Walter Hallstein, secretário de Estado para os assuntos internacionais, formula o que ficou conhecido como Doutrina Hallstein. Segundo esta, o reconhecimento diplomático da Alemanha Oriental por qualquer país seria visto como um ato de agressão à Alemanha Ocidental e, portanto, resultaria no automático rompimento das relações entre os dois países (KITCHEN, 2013: 449; FULBROOK, 1992: 19; LOHBAUER, 1999: 40). A ideia de Hallstein e Adenauer era isolar politicamente e economicamente a Alemanha Oriental a fim de torna-la, senão inviável, pelo menos ilegítima. Tal doutrina, aplicada integralmente a Iugoslávia e a Cuba, irá durar até o fim dos anos 60.

Ao longo de toda a década de 50 e 60 a diplomacia brasileira, que buscava se aproximar da Alemanha Federal e com ela estabelecer relações mais intensas e dinâmicas, tinha sempre que manter em perspectiva as limitações impostas pela Doutrina Hallstein. Christian Lohbauer (1999) defendeu o argumento de que as relações Brasil/Alemanha Ocidental foram muito mais importantes do que a simples cooperação comercial: elas tiveram papel prioritário para diplomacia brasileira que, dentro da chamada opção europeia da diversificação de parcerias, buscava conquistar maior autonomia frente aos EUA (SARAIVA, 1990; LESSA, 1997 e 1998; SPEKTOR, 2004; SOUTO, 2001); além do fato de que tais

relações culminaram no estabelecimento de uma aliança especial entre os dois países entre os anos 1974 a 1983 (LOHBAUER, 1999). Desta forma, durante muito tempo o Brasil se absteve de contatos mais próximos com a RDA com medo de ferir os pressupostos da doutrina, e com isso prejudicar as relações com a Alemanha Ocidental. Como afirmou Moniz Bandeira “O Brasil sempre defendera, aliás, sua posição [a do governo da RFA], reconhecendo-o, inclusive nos foros internacionais, como o único e legítimo governo do povo alemão” (2011: 180).

O não reconhecimento da RDA por parte do Brasil dificultava muito as relações comerciais entre os dois Estados que, até então, eram regulamentadas apenas por um ajuste internacional bancário assinado em setembro de 1958 entre o Banco do Brasil e o *Deutsche Noten Bank*, e operadas por uma representação comercial germano-oriental locada do Rio De Janeiro desde 1959⁹. Apesar desta complicada situação, já há muito tempo setores do empresariado brasileiro pressionavam os sucessivos governos a fim de melhorar e resolver a situação entre os dois estados visto que uma aproximação em relação à Alemanha Comunista poderia trazer benefícios econômicos e comerciais¹⁰. Por isso, ao longo da década de 1950 e início da de 1960 debates foram estabelecidos e algumas missões comerciais foram enviadas para a Alemanha Oriental, mas todas elas sem caráter oficial para que não entrassem em choque com a Doutrina Hallstein.

Os resultados comerciais foram positivos: o volume do comércio Brasil/RDA saltou de U\$ 1,6 milhão em 1958 para U\$ 5,2 milhões em 1959; em 1960 o Instituto Brasileiro do Café (IBC) participou pela primeira vez da feira de Leipzig, a mais importante de todo o Leste europeu, e neste mesmo ano, toneladas de adubos vindos da RDA aportavam em águas brasileiras, trazidos por navios germano-orientais¹¹. Contudo, a euforia da expansão comercial para o Leste da Europa acabou gerando um grande mal estar. Enviado por Jânio Quadros em 1961 para uma missão especial, de caráter particular e não oficial, de visitas aos países da Cortina de Ferro, João Dantas acabou por dar a visita à RDA um tom de oficialidade ao

⁹ A tentativa de se estabelecer um escritório comercial por parte da RDA no Brasil data de 1955. Todavia, a pedido de Fritz Öllers, então embaixador alemão ocidental no Brasil, aquela não fora autorizada naquele momento.

¹⁰ É bastante interessante ressaltar que também a Alemanha Oriental possuía um grande interesse em ampliar suas relações exteriores a fim de conquistar um maior reconhecimento internacional fora do bloco comunista. Willy Stoph, ao longo de todo seu texto, mostra interesse em se aproximar dos países em desenvolvimento, e como argumento usa uma possível identidade anticolonial e anti-imperialista comum aproximando, desta forma, seu discurso do discurso terceiro mundista (STOPH & NORDEN, 1996: 35).

¹¹ O Estado de São Paulo, 26/01/1960, páginas 14 e 19.

assinar um documento intitulado “Protocolo de Conversações”; além disso, convidou dirigentes da Alemanha Oriental para fazer uma visita ao Brasil, algo não permitido visto que os dois países não possuíam relações diplomáticas. Apesar do imbróglio, que resultou na demissão Vasco Leitão da Cunha então Secretário Geral do Itamaraty e em repreensões do embaixador da Alemanha Federal no Brasil, as relações entre o Brasil e a RFA foram mantidas (BANDEIRA, 2011: 196 – 201; GUERREIRO, 2010: 134 -135) e o Brasil se esforçou a evitar que tal quiproquó redundasse numa crise diplomática a partir de declarações a retificar o engano cometido. O embaraço diplomático e o mal estar gerados nas relações entre o Brasil e a Alemanha Ocidental foram bastante noticiados pela imprensa brasileira nos meses de junho e julho de 1961¹², e atestam o caráter delicado e especial das relações Brasil/RDA.

Inicialmente a Doutrina Hallstein teve sucesso e conseguiu isolar internacionalmente a RDA, então reconhecida apenas por poucos países, em especial por aqueles da Cortina de Ferro. O “milagre alemão” da RFA, sua rápida e espetacular recuperação econômica no pós-guerra, foi fundamental para isso. A possibilidade de investimentos alemães ocidentais, empréstimos e contratos levavam os países, mesmos aqueles declaradamente neutros, a acatar a doutrina. Todavia, a Alemanha Federal pagou um preço muito alto, pois alguns países asiáticos e africanos passaram a extorqui-la com a ameaça de reconhecer a Alemanha do Leste (BANDEIRA, 2011: 202). Além disso, a doutrina teve um efeito colateral a levantar questionamentos sobre sua eficácia: ao isolar o RDA, acabou por isolar também a RFA do mercado do leste europeu, visto que a Alemanha para cumprir as determinações da doutrina não estabeleceu relações com Polônia, Tchecoslováquia, Romênia, Hungria e Bulgária. Somada a isso, a construção do Muro de Berlim em 1961, consolida definitivamente a existência de dois Estados levando ainda para mais longe o desejo de Adenauer de reunificação (BANDEIRA, 2000 e 2009; FULBROOK, 1992 e 2012; KITCHEN, 2013).

A situação se altera a partir de meados da década de 1960. A partir daí, mudanças na política interna da RFA levaram novas forças ao poder, com o Partido Socialdemocrata (SPD) ganhando cada vez mais espaço. Esse avanço culminou em 1969 na escolha de Willy Brandt do SPD como novo chanceler alemão. Como consequência, uma nova política externa seria elaborada e as relações entre os dois Estados alemães começariam a se regularizar. A nova

¹² Segundo noticiado pela imprensa da Alemanha Oriental, a assinatura do Protocolo teria sido um “golpe que o Brasil aplicou na frágil doutrina Hallstein”, ver “Bonn teme que o Protocolo conduza ao reconhecimento”, **O Estado de São Paulo**, 08/06/1961, pg. 07.

orientação internacional, a *Ostpolitik*, se caracterizou por ser uma política de aproximação e regularização das relações da Alemanha Federal com os países do leste. Brandt, ao defender tal política, tinha em perspectiva a ideia de que melhorar os entendimentos com a RDA poderia ser um primeiro passo para uma futura reunificação e, além disso, o entendimento com os países do leste serviriam ao propósito de abrir as portas, até então fechadas para a Alemanha Ocidental, dos mercados de tais países (BANDEIRA, 2000, 2009 e 2011; FULBROOK, 1992 e 2012; KITCHEN, 2013; COSSERON, 1993). Vale ressaltar que a *Ostpolitik* se deu no contexto em que as duas grandes potências mundiais, EUA e URSS, buscavam um maior entendimento, a *detente*.

Este possível entendimento criava expectativas positivas no Brasil em relação à possibilidade de logo regulamentar suas relações com a Alemanha Oriental. No livro “O Problema Alemão” (STOPH & NORDEN, 1969), os editores deixam transparecer seu otimismo:

A República Federal Alemã (Alemanha Ocidental), sob o comando do socialdemocrata Willy Brandt, começa a reconhecer esta realidade, ao que parece, e prepara-se para abandonar a doutrina Hallstein (...) Hoje, quando a própria Alemanha Ocidental inaugura uma nova era, ao que tudo indica, nas suas relações com a RDA, o Brasil, que mantém amplo intercâmbio comercial, não pode continuar a ignorá-la... (orelha do livro)

Assim, essa maior aproximação entre as duas Alemanhas permitiu também ao Brasil, a partir de meados da década de 1960, um maior entendimento com a Alemanha Oriental sem que isso ferisse a Doutrina Hallstein, então já bastante desgastada e desacreditada neste contexto. Não à toa, os dados apresentados por Clóvis Melo na introdução daquele livro (STOPH & NORDEN, 1969) datam da segunda metade da década de 1960, e “Apesar do feroz anticomunismo do regime autoritário, entre os países em via de desenvolvimento, o Brasil tornara-se, pelo menos desde 1967, o primeiro parceiro comercial da RDA” (BANDEIRA, 2011: 246). Entre os finais dos anos 1960 e início dos 1970 os dados econômicos da relação Brasil/Alemanha Oriental são claros quanto a isso: as exportações brasileiras para aquele país saltaram de U\$ 18,725 milhões em 1966 para U\$ 46,697 milhões em 1973, ano do reconhecimento e da troca de embaixadores entre os dois países; as importações aumentaram de U\$ 9,5 milhões para U\$ 20,471 milhões para as mesmas datas – o saldo extremamente positivo da balança comercial brasileira em relação à RDA era outro fator imensamente favorável para o Brasil.

A regularização das relações entre a Alemanha Democrática e a Federal após a assinatura dos tratados de Moscou (1970), Varsóvia (1970), Berlim (1971) e o Tratado Básico (1972)¹³, assim como a distensão internacional ensejaram o Brasil a estabelecer definitivamente em 22 de outubro de 1973 relações diplomáticas com a Alemanha Oriental, e com isso abriu sua primeira embaixada em neste país. A nota divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo um dia após a oficialização das trocas de embaixadas, trouxe um comentário do embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil Hermann Knocke sobre as possibilidades que se abriam para Brasil visto que a RDA possuía a quinta economia da Europa e a nona do mundo; o título da nota: “Knocke aplaude” - ressalte-se que o aval da Alemanha Ocidental tinha grande importância para a decisão brasileira. A nota ainda trazia informações sobre o comércio entre os dois países: indicava que a RDA fornecia ao Brasil equipamentos hospitalares, produtos químicos e máquinas operatrizes e gráficas e comprava de nosso país café, têxteis, calçados, minérios e diversos produtos primários; apesar disso, seguia a nota, o comércio era superavitário para o Brasil em torno U\$ 20 milhões; e mais uma vez, assim como nas orelhas do livro já citado, a nota do O Estado de S. Paulo destaca o desempenho econômico do país e as vantagens para a economia brasileira¹⁴.

Também, uma vasta documentação diplomática produzida pelo consulado brasileiro em Berlim Ocidental, pela embaixada brasileira em Bonn e pelo Ministério das Relações Exteriores¹⁵ mostravam a preocupação brasileira em apenas reconhecer a Alemanha Oriental como um Estado alemão independente após a aceitação da República Federal da Alemanha e das grandes potências.

Com as relações diplomáticas estabelecidas, as trocas comerciais e intercâmbios econômicos foram se solidificando. Obviamente problemas surgiram como é comum em relações com desequilíbrios. Mário Calábria, embaixador em Berlim durante os anos de 1978 a 1982, conta uma história interessante que aconteceu logo no início de seu mandato:

Honecker me convidou para uma taça de champagne em seu gabinete (sempre o protocolo), ficamos a sós, ele reiterou um papel do bolso, começou a ler e eu passei

¹³ Pelo tratado de Moscou, a RFA reconhecia as fronteiras da Europa Central, assim aceitando definitivamente as fronteiras da Alemanha Oriental. Por meio do Tratado de Varsóvia, a RFA passou a reconhecer as fronteiras estabelecidas sobre a Linha *Oder-Neisse*. Por fim, o Tratado de Berlim, assinado entre EUA, URSS, Inglaterra e França terminam por regulamentar o trânsito e a circulação sobre a cidade dividida. Tais tratados abriram as portas para a assinatura do Tratado Básico (1972) entre as duas Alemanhas onde elas, então, trocariam representações.

¹⁴ **O Estado de São Paulo**, 23/10/1973, pg. 28 - “o reconhecimento, pela República Democrática Alemã, de marcas e patentes brasileiras, e a concessão de licença para a transferência de *know-how* alemão oriental para o Brasil poderão ser dois dos efeitos imediatos do estabelecimento de relações diplomáticas para o Brasil.”

¹⁵ Pesquisa feita pelo autor no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília no mês de janeiro de 2014.

a ouvir as queixas da política comercial brasileira em relação a RDA. O assunto não me era muito familiar, as não cumpridas promessas (algumas escritas) de realizarmos compras na RDA, a fim de haver certo equilíbrio na balança comercial dos nossos países, as queixas sem respostas, a dificuldade na obtenção de vistos em favor de mecânicos e técnicos, que deveriam ir ao Brasil para consertos ou manutenção de máquinas e aparelhos a nós vendidos ... Só pude responder-lhe que não sabia da gravidade desses problemas, mas lhe prometi que, 'hoje mesmo, à tarde, passarei dois telegramas a Brasília' ... E assim o fiz, inclusive expedindo o segundo telegrama aberto, não em código, com o propósito de tornar mais fácil a leitura pelo serviço de censura do país. Serviço que tudo lia, e impelia assim as embaixadas ao uso de um endereço ou caixa postal em Berlim Ocidental (CALÁBRIA, 2003: 302).

Ao longo da história da embaixada brasileira na Alemanha Comunista, a representação contou com quatro embaixadores, a saber: Carlos Jacyntho Barros (1973 a 1978), Mario Calábria (1978 a 1982), Vasco Mariz (1982 a 1984) e Ernesto Ferreira de Carvalho (1984 a 1989). Além disso, favorecendo os interesses dos dois países, acordos e protocolos oficiais puderam ser assinados, merecendo destaque: Acordo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Democrática Alemã (22/10/1973); Acordo de Comércio e Pagamentos entre Brasil e a República Democrática Alemã (05/11/1975); Convênio sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e a República Democrática Alemã (23/07/1976); Acordo para o Estabelecimento de Escritórios, para fins Comerciais, nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (18/07/1979); Protocolo de Entendimento entre o Brasil e a República Democrática Alemã (04/11/1980); Memorandum de Entendimento para se Estabelecer as Bases do Comércio, entre Brasil e a República Democrática Alemã (08/12/1982); Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a República Democrática Alemã, (22/11/1984); entre outros assinado após o fim do regime militar brasileiro. De modo geral, uma vez estabelecidas a troca de embaixadas, as relações entre os dois países seguiram um curso normal; sem nenhum grande incidente, e duraram enquanto existiu a República Democrática Alemã - o dia 03 de outubro 1990 marca a reunificação da Alemanha e a extinção da RDA¹⁶.

¹⁶ Apesar da troca de embaixadores e representações diplomáticas, e do fato de as relações da RDA com o Brasil terem se tornado as mais importantes na América Latina para o país europeu, a posição da Alemanha Oriental nas relações econômicas do Brasil continuou modesta (BANDEIRA, 2011: 247). Parte dessas questões está sendo analisadas pelo autor em sua dissertação de mestrado.

Por todo posto, concluímos que mesmo fazendo parte do conjunto dos países do bloco socialista, as relações entre o Brasil e a Alemanha Oriental devem ser analisadas de forma particular, pelo menos até a oficialização nas relações do Brasil com aquele país - já que a situação peculiar de divisão em que se encontrava a Alemanha naquele contexto exigia cuidados e habilidades especiais da diplomacia brasileira a fim de não atrapalhar as relações cada vez mais intensas e estratégicas com a Alemanha Ocidental. Somente depois de reconhecida pelas grandes potências ocidentais, incluindo a RFA, é que o Brasil se tornou o 98º país a reconhecer a RDA. De qualquer maneira, vale destacar que as expectativas em torno dos ganhos para o Brasil com o aprofundamento das relações com a Alemanha Oriental eram bastante positivas: em notas de jornais, análises de estudiosos e, principalmente, na documentação diplomática consultada, a Alemanha Comunista sempre aparece com um país capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento brasileiro, seja pelo fortalecimento do comércio, seja como fornecedor de maquinário e tecnologia, seja como consumidor dos produtos brasileiros (primário ou manufaturados); agora se tais expectativas se converteram ou não em realidade é tema para outros estudos.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Política Exterior da Alemanha. In: PINHEIRO, Samuel (org). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: FUNAG, 2000.

_____. **O Milagre Alemão e o Desenvolvimento Brasileiro (1949 – 2011)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

_____. **A Reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real**. São Paulo: ed. Unesp, 2009.

CALÁBRIA, Mário. **Memórias: de Corumbá à Berlim**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. Unb, 2011.

COSSERON, Serge. **Alemanha: da divisão à unificação**. São Paulo: Ática, 1993

FERREIRA, Oliveiros S. **A Crise da Política Externa: autonomia ou subordinação**. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 43 a 64.

FULBROOK, Mary. **The Two Germanies, 1945-1990: problems of interpretation**. Humanities Press International, 1992.

_____. **História Concisa da Alemanha**. São Paulo: Edipro, 2012.

GONÇALVES, Williams da Silva & MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964 – 1984. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 06, pp. 211-246, 1993.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Ramiro Saraiva Guerreiro (depoimento, 1985)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. A Estratégia de Diversificação de Parcerias no Contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política internacional**. n. 38 (1), pp. 24-39, 1995.

_____. A Diplomacia Universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 41, especial 40 anos, pp. 29-41, 1998.

LESSA, Antônio Carlos & SPEKTOR, Mathias & CHIARELLI, Paulo José. A Cronologia das Relações Internacionais Contemporâneas e da Política Exterior do Brasil, de 1945 aos nossos dias. **Cena Internacional**, n. 2 (1), pp. 171-209, 2000.

LOHBAUER, Christian. **Aproximação e Distanciamento: as relações entre o Brasil e República Federal da Alemanha de 1964 a 1994**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1999.

MARTINS, Carlos Estevam. A Evolução da Política Externa Brasileira na Década de 1964 – 1974. **Estudos CEBRAP** (12): 53 – 98, abril, maio, junho, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: o Brasil e a URSS. **Locus**. Juiz de Fora, v. 13, n. 13, p. 227-246, 2007.

OLIVERIA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Relações Exteriores do Brasil III (1964-1990): do Regime Militar à Nova República**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da Política Externa Brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, pp. 305-335, 2000.

_____. **Política Externa Brasileira (1889 – 2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SARAIVA, Mirian Gomes. A Opção Europeia e o Projeto de Brasil Potência Emergente. **Contexto Internacional**. n. 11, p. 95 – 117, 1990.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais: dois séculos de história – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001. V. II.

SOUTO, Cíntia Vieira. A Política Externa do governo Médici (1969 – 1974): uma nova proposta de inserção internacional para o Brasil. **Cena Internacional** 3 (1): 43 – 61, 2001.

SPEKTOR, Mathias. Origens e Direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974 – 1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 47 (2): 191 – 222, 2004.

STOPH, Willy; NORDEN, Albert. **O Problema Alemão: princípios e objetivos da RDA**. Rio de Janeiro-Guanabara: Ed. Laemmert, 1969.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.